



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

1. Identificação da Reunião

Data e Hora	Local	Coordenadora
11/12/2024 09h30min	Videoconferência Plataforma Zoom	Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito

2. Pauta da Reunião

Assunto
1) Revisão dos projetos realizados durante o ano de 2024; 2) Programar ações para o ano de 2025.

3. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

Nomes e cargo
1. Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito; 2. Lídia de Assis e Souza, Juíza Auxiliar da Presidência 3. Wander Soares Fonseca, Juiz de Direito; 4. Roberta Nasser Leone, Juíza de Direito; 5. Leonardo Souza Santos, Juiz de Direito; 6. Felipe Sales Souza, Juiz de Direito; 7. Ilana Rosa Dantas Lents, Juíza de Direito 8. Loyanne Verdussen de Almeida, Escrivã Judiciária I; 9. Daiane Mendes Pereira Torres, Auxiliar Judiciária; 10. Leonardo Pereira Martins, Assessor Jurídico de Desembargador; 11. Guilherme Feler de Paula Fraga, Assessor de Juiz de Direito;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

12. Elaine Cristina Abrantes dos Santos, Escrevente Judiciária I;
13. Eunice Machado Nogueira, Coordenadora Administrativa da EJUG;
14. Luana Corrêa Pedrosa, Secretária de Diretoria do Foro;
15. Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Coordenador da Central Única de Contadores-CUC;
16. Aline Leonardo, Assessora de Imprensa;
17. Emerson Rodrigues de Oliveira, Analista Judiciário;
18. Débora Dias Bastos; Secretária de Diretoria do Foro;
19. Isabella Regina Serra Brito Mesquita, Analista Judiciária;
20. Luciano Francisco de Oliveira, Assessor de Juiz de Direito.
21. Tatiane Alves do Nascimento, Assessora de Juiz de Direito;

4. Ata

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro (11/12/2024), às 09h30-min, por meio da plataforma Zoom, realizou-se reunião do Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Presidiu a sessão a juíza de direito Erika Barbosa Gomes Cavalcante, coordenadora do Comitê, estando presentes os membros do comitê, Leonardo Pereira Martins, Aline Leonardo, Guilherme Feler de Paula Fraga, Tatiane Alves do Nascimento, Débora Dias Bastos, Ilana Rosa Dantas Lents, Felipe Sales Souza, Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Roberta Nasser Leone, Luciano Francisco de Oliveira, Elaine Cristina Abrantes dos Santos e Maria Lúcia representando a Eunice Machado Nogueira. **1)** A Coordenadora do Comitê deu início à reunião informando aos participantes sobre a decisão da presidência a respeito do Projeto Nome Social. Ela retomou o objetivo do projeto, que visava atribuir nomes alternativos a alguns órgãos do tribunal, com o intuito de aprimorar a comunicação tanto com a população quanto com a imprensa. Ao final, a Coordenadora comunicou que a decisão da presidência sobre o tema foi desfavorável. **2)** Posteriormente, a coordenadora apresentou as atividades realizadas pelo Comitê ao longo de 2024, destacando as seguintes ações: a) **Projeto Traduz:** Consiste na explicação oral das decisões judiciais, com base em um manual previamente elaborado. Estagiários ou assistentes recebem as partes dos processos que tramitam no Justiça Itinerante e são responsáveis por explicar o resultado das sentenças às partes envolvidas. O projeto foi realizado na comarca de Goiás, em abril, e na comarca de Rubiataba, em novembro; b) **Roda de**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

Conversa com os idosos na comarca de Cavalcante: Esta foi a única ação do Comitê dentro do projeto Raízes Kalungas. Durante a atividade, foram ouvidos relatos de idosos no centro de convivência, que compartilharam problemas de saúde e outras dificuldades. O momento serviu para ouvir as demandas da comunidade e, a partir disso, propor políticas públicas adequadas às necessidades identificadas. Posteriormente, o Dr. Paulo, diretor do Centro de Saúde, e a Dra. Jussara, juíza auxiliar da presidência, implementaram algumas ações relacionadas à saúde, considerando as questões levantadas durante a atividade; c) **Campanha de Informação em Combate ao Preconceito:** Foi realizada uma campanha de informação e combate ao preconceito, direcionada aos portadores de xeroderma pigmentoso, na comunidade Araras, esclarecendo a população sobre a doença e promovendo maior compreensão sobre o tema. **3)** Em seguida, a coordenadora passou a palavra aos demais membros para que se manifestassem sobre os projetos propostos ao longo do ano. O membro Guilherme Feler informou sobre o andamento do Webinário em parceria com a ESMEG, destacando que o diretor Guilherme Carreira se dispôs a colaborar com o Comitê. No entanto, devido à programação já preenchida para o ano de 2024, o projeto será retomado e poderá ser realizado no primeiro trimestre de 2025. Guilherme Feler ficará responsável por concluir as tratativas relacionadas ao andamento dessa ação. **4)** A membra Elaine Abrentes sugeriu que o Comitê trabalhasse uma pauta relacionada aos neurodivergentes, destacando que há um número considerável de servidores neurodivergentes no Tribunal. Ela mencionou que talvez fosse necessário esclarecer o papel do Comitê de Acesso à Justiça dentro da instituição, especialmente no que diz respeito ao acesso de neurodivergentes. Sugeriu a criação de materiais explicativos, como manuais, para aumentar a conscientização sobre os serviços prestados pelo Tribunal e como as questões envolvendo neurodivergentes podem ser abordadas. Acerca dessa sugestão, a coordenadora explicou que o Tribunal possui a Comissão de Acessibilidade, que também tem tratado desses temas, mas que não é empecilho para o comitê realizar alguma ação, ou até mesmo, uma ação em conjunto; **5)** O membro Luciano sugeriu a criação de uma cartilha sobre linguagem simples. A coordenadora explicou que é necessário avaliar a utilidade dessa cartilha, para garantir que ela não sobreponha projetos já existentes no Tribunal, como o projeto "Simples e Fácil", mas destacou que pode ser possível desenvolver al-

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

go em parceria; **6)** A membra Aline Leonardo propôs a realização de uma pesquisa colaborativa com ONGs, associações de moradores e outras comunidades, a fim de identificar os maiores entraves que as pessoas enfrentam para acessar os serviços oferecidos. Sugeriu que a comissão encabeçasse uma pesquisa para entender melhor as dificuldades enfrentadas. A partir dessa pesquisa, seria possível elaborar materiais mais adequados para atender a essas necessidades específicas. Acerca dessa sugestão, a membra Ilana mencionou que se houvesse uma recomendação para os diretores de foro, seria possível estabelecer essa pesquisa em todas as comarcas do estado de Goiás, sendo que ideia seria realizar a pesquisa durante um mês, com a participação de duas pessoas de cada comarca, responsáveis por coletar informações sobre os entraves, dificuldades e barreiras enfrentadas pelas pessoas para acessar os serviços, proporcionando uma visão mais abrangente das dificuldades enfrentadas pela população. A membra Débora mencionou a importância de trabalhar nessa sugestão por meio de formulário para se obter dados mais específicos a fim de mapear o que realmente o tribunal falha na questão do acesso à justiça; **7)** Representando a Eunice, a servidora Maria Lúcia mencionou que seria importante a divulgação maior do seria o CEJUSC; **8)** A membra Aline sugeriu ainda que seja realizado um curso dado por qualquer pessoa, um treinamento com alguém que conheça bem toda a estrutura do tribunal, que explique para os cidadãos como que funciona, onde que acessa as informações, para que eles tenham uma vivência para atender melhor o público externo; **8)** O membro Felipe falou sobre a importância de trabalhar sobre o acesso à justiça na área da infância. A coordenadora mencionou a necessidade de elaborar um plano de ação; **9)** A membra Aline mencionou sobre a demanda dos analfabeto e sugeriu a possibilidade de criar alguma ferramenta das pessoas terem acesso aos documentos de outra forma, sendo que uma ideia seria um Qrcode que desse acesso a áudio. A coordenadora expôs que essa sugestão poderia ser a 2ª fase do projeto Traduz. A membra Aline sugeriu que poderia ser utilizada a ferramenta ANA; **10)** O membro Guilherme Feler mencionou as dificuldades nas atermações nos juizados e sugeriu uma parceria com a Defensoria Pública e a OAB, com o objetivo de realizar uma filtragem e formalizar a questão dentro das exigências jurídicas. Também sugeriu melhorar os formulários que são disponibilizados para a atermação; **11)** O membro Guilherme Feler falou sobre a necessidade de me-

Assinatura manuscrita em azul, com uma inicial 'G' e 'F' proeminentes.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

lhorar a interface do site do Tribunal; **12)** Ao final, a coordenadora designou as seguintes responsabilidades: a membra Eliane ficará encarregada de trabalhar a proposta para os neurodivergentes; o membro Luciano será responsável por investigar a questão da linguagem simples e verificar a existência de uma cartilha sobre o tema; as membras Ilana, Débora e Elaine trabalharão a abordagem para a pesquisa com os cidadãos. Em relação ao treinamento com a imprensa e ao uso da ferramenta ANA em documentos, a coordenadora e a membra Aline ficarão responsáveis. A membra Ilana também ficou incumbida de avaliar a possibilidade de criar um formulário padrão para permitir que os presos exerçam a capacidade postulatória no âmbito da execução penal, realizando os pedidos que considerarem pertinentes. O membro Guilherme Feler será responsável pela organização do webinar e também por verificar as questões relacionadas às atermações nos juizados; **13)** Por fim, devido à futura licença médica da coordenadora, ficou decidido que a membra Ilana assumirá a função de 1ª vice-coordenadora e o membro Felipe será o 2º vice-coordenador. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11h15min, e eu, Luana Corrêa Pedrosa, Secretária do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Coordenadora do comitê.

Assinatura digital em azul da Juíza de Direito e Coordenadora do Comitê de Acesso à Justiça.

Erika Barbosa Gomes Cavalcante
Juíza de Direito e Coordenadora do Comitê de Acesso à Justiça